



OS 100 PRIMEIROS DIAS DE UM PRIMEIRO REITOR NEGRO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Valter Joviniano de Santana Filho¹

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Fisioterapia, São Cristóvão, SE, Brasil

Em 2008, em meio a polêmicas e certa desconfiança, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) aprovava a versão inicial da sua política de ações afirmativas. Naquele momento, poucos imaginariam que, mais de uma década depois, a mesma instituição viveria outra experiência singular, mas que estava certamente relacionada ao primeiro movimento: a UFS elegia e via tomar posse o seu primeiro reitor negro. Neste pequeno texto, apresento o relato da minha experiência nos primeiros 100 dias como reitor da única universidade pública de Sergipe.

Os dois fatos acima mencionados, apenas cronologicamente distanciados, guardam forte conexão entre si pelo aspecto simbólico e político que encerram. Se considerarmos a universidade como mecanismo de projeção social, de reprodução de quadros das elites, a mudança provocada pelo processo que resultou nas políticas afirmativas da instituição e a eleição de um reitor negro provocam algum incômodo para os mais reacionários, mas acende a esperança de forma ampla. Ao final das contas,

¹ Graduado em Fisioterapia pela Universidade Tiradentes/UNIT, Mestrado e Doutorado em Fisiologia pela USP (FMRP-USP) com período sanduíche no Cardiovascular Center do Department of Internal Medicine na University of Iowa (EUA). Atualmente é Professor Associado e exerce o cargo de Reitor da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Departamento de Fisioterapia, o qual coordenou por dois anos (2011-12). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas (PROCFIS). É líder do Grupo de Pesquisa Fisioterapia Cardiorespiratória e Readaptação Funcional. Foi Diretor Acadêmico-Pedagógico (2012-2013) e Diretor Administrativo (2013-2014) do Campus de Lagarto. Também foi Superintendente do Hospital Universitário de Lagarto ((2016-2019) e Vice-Reitor da Universidade Federal de Sergipe (2020). Membro da Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (ASSOBRAFIR), Sociedade Brasileira de Fisiologia (SBFis) e American Physiological Society (APS). Pesquisador FAPITEC/SE. Conselheiro Suplente do CREFITO-17. Autor de artigos científicos, matérias de jornal e capítulos de livro. Revisor de periódicos internacionais, como *Physical Therapy*, *Contemporary Clinical Trials*, *European Journal of Pain*, *Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology*, *Respiratory Care*, *Frontiers in Physiology*, entre outros. Sua atuação em pesquisa se dá em nível de ciência clínica (estudos clínicos com seres humanos) e pré-clínica (modelos experimentais). Mantém colaboração formal de pesquisa com grupos de pesquisa internacionais (Estados Unidos) e nacionais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1488-0259>; E-mail: vjsf@academico.ufs.br



os dois casos ajudam a lembrar que os segmentos mais pobres da sociedade brasileira, coincidentemente a parcela que estatisticamente apresenta maioria de pretos, pardos e indígenas, passaram longo tempo como exceção no lugar que poderia promover a sua ascensão social.

Neste relato sobre os 100 primeiros dias que vivenciei na gestão da Universidade Federal de Sergipe como seu primeiro reitor negro, penso que, antes de tudo, é inevitável considerar os influxos do processo de implantação das ações afirmativas. A reitoria negra da UFS guarda conexão histórica com os embates que colocaram em pauta a necessidade de se repensarem as condutas da instituição no tocante às questões étnico-raciais.

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFS

O processo de implantação da Política de Ações Afirmativas (PAAF) na UFS, esboçado a partir dos trabalhos autorizados pela portaria 1110/2007 (GR/UFS), considerando a complexidade que encerra, foi árduo e intenso. Se, por um lado, a expectativa gerada com a discussão em torno de uma PAAF agradava aos grupos que há tempos defendiam a adoção de medidas que auxiliassem no combate a assimetrias sociais, alguns setores da sociedade não esconderam a desaprovação com a iniciativa.

Questionamentos de diversas ordens foram desferidos contra a possibilidade de uma política pública voltada para a ampliação do acesso à universidade pública. Entre os argumentos utilizados, estavam a defesa da sociedade brasileira como “não-racista” e a necessidade de respeitarmos os princípios da meritocracia. Para alguns, distorções históricas aparentemente não existiam ou não eram perceptíveis. Foi, então, preciso colocá-las em evidência para a comunidade.

Coube ao grupo de trabalho instituído pela Reitoria 1110/07, grupo esse que reunia pesquisadores respeitados pelo envolvimento com a temática, a exemplo de Paulo Sérgio da Costa Neves, Frank Markon e Marcus Eugênio Oliveira Lima, apontar dados que fundamentavam a instalação das políticas afirmativas. Simultaneamente, esses mesmos estudiosos ressaltavam a importância da aproximação entre a gestão da UFS, os movimentos sociais, o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e outros grupos de pesquisa para o efetivo avanço da proposta.



Já naquele momento, a disparidade no acesso era apontada pelos pesquisadores que formularam as primeiras reflexões sobre o problema. Embora representasse apenas 12% dos estudantes do ensino médio em Sergipe, o acesso de alunos oriundos da rede privada girava em torno de 90%, enquanto aqueles da rede pública apresentavam menos de 15%. Uma constatação sintomática foi indicada pelos pesquisadores do grupo de trabalho no vestibular 2007, “quando destacamos os cursos de Odontologia, Direito e Medicina, percebemos que mais de 95% de alunos aprovados no vestibular, são oriundos das escolas privadas” (MARCON, 2010, p.41, 48).

De um modo ou de outro, o próprio assombro de parte da sociedade somente colocou em evidência o silenciamento até então imposto sobre o elitismo reproduzido institucionalmente, a inexistência de providências para dirimir o problema e a necessidade urgente de ação.

Os debates moveram-se por um período considerável, resultando na aprovação, pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, da resolução 80/2008 (CONEPE/UFS), que instituía oficialmente o PAAF na instituição. Com a aprovação do normativo, a UFS entrava oficialmente no grupo de instituições federais de ensino superior que adotavam políticas específicas de combate a prejuízos históricos e de promoção de oportunidades a parcelas historicamente excluídas. E, assim, o primeiro passo foi dado. Inserida normativamente na vida da UFS, a ideia de ação afirmativa ganhou materialidade e visibilidade para a sociedade de Sergipe quando, a partir de 2010, o sistema de cotas passou a vigorar em seus vestibulares.

O PRIMEIRO REITOR NEGRO DA UFS: OS DESAFIOS

Março de 2021. Ao tomar posse como o primeiro negro a assumir o posto de reitor (fui também o mais novo a chegar ao posto) na UFS, trouxe comigo a expectativa para que demandas históricas fossem atendidas. Já em meu discurso de posse, fiz questão de salientar: “ser o primeiro reitor negro dessa nossa querida universidade (...) me leva à obrigação de manter esta instituição inclusiva e como local de transformação de vida dos desfavorecidos e excluídos de nossa gente” (SANTANA FILHO, 2021). Ali, tratava-se de indicar o meu lugar de fala, a minha perspectiva pessoal, mas também as pretensões da gestão que eu encabeçaria.



A consolidação do trabalho de implantação das bancas de heteroidentificação (em todos os processos seletivos da Universidade), a institucionalização de uma unidade dedicada ao fomento das ações afirmativas, a manutenção dos alunos aprovados em cotas raciais para a sua permanência na vida acadêmica e a ampliação da visibilidade da problemática étnico-racial foram apresentadas como assuntos urgentes, essenciais, inevitáveis, sobretudo para um reitor negro.

Tais expectativas são compreensíveis quando olhamos o itinerário tortuoso que a população negra de baixa renda trilhou na UFS. Afinal de contas, a Universidade não é, nunca foi, uma ilha frente à sociedade que a cerca. Assim sendo, os problemas em torno das questões raciais precisavam, precisam e precisarão ser enfrentados por reitores, sejam eles negros ou não.

E justamente a relevância social do assunto exigiu de mim atenção especial nos primeiros dias de gestão. Claro, de forma similar a outras IFES do Brasil, a UFS vivenciava, em março de 2021, a tensão provocada pelas dúvidas em torno da disponibilidade orçamentária, os desafios e incertezas provocados pela pandemia de covid-19 e as dificuldades de planejamento em um contexto político e econômico de crise aguda. No entanto, não poderíamos ficar paralisados diante de tantas coisas a fazer.

Assim sendo, apesar das dificuldades, consideramos necessário tomar providências e empreender ações que contemplassem a pauta das ações afirmativas, enquadrando-as como pontos prioritários da gestão 2021-2025. Desse modo, nesses 100 dias iniciais, algumas medidas foram tomadas. Passo a seguir, de forma sintética, a apresentar algumas delas.

DIÁLOGO COM O MPF

Ainda em 2019, quando ocupava o cargo de vice-reitor, fui designado para dialogar com o Ministério Público Federal (MPF) no que diz respeito ao processo de implantação de comissões de heteroidentificação e a denúncias realizadas na Ouvidoria da Universidade (mas também no próprio MPF) sobre uso indevido de cotas raciais.

Na ocasião, reuniões e audiências foram realizadas de forma a serem esclarecidas todas as variáveis possíveis em torno do problema, num processo que culminou com a concordância em firmarmos um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). O



termo, assinado em 20/01/2020, contemplava a realização de uma série de ações, cobrindo um espectro diversificado, mas intercalado de pontos a serem abordados.

Todavia, considero que o melhor resultado dos acontecimentos que resultaram no TAC foi a consciência da importância de aprofundar a discussão sobre as políticas de ações afirmativas na UFS. Além disso, ressalta-se a relevância de mapear o fluxo de processos e superar possíveis entraves dentro da ação.

A RETOMADA DOS TRABALHOS DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

A ação mais sensível, mais visível e mais polêmica provavelmente envolveu a necessidade de garantir a continuidade dos trabalhos das bancas de heteroidentificação na UFS. Isso exigiu um esforço significativo nos primeiros dias de gestão. As bancas eram demandas antigas da comunidade e haviam sido pactuadas com movimentos sociais, pesquisadores e com a intermediação do MPF. Após a assinatura do TAC, a UFS se comprometeu a implantar e manter o trabalho das verificações do direito a cotas raciais na instituição. Naquele momento, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, tive a oportunidade de participar de todo o processo e me comprometi a coordenar esforços para a realização dos trabalhos das bancas.

Consequência do compromisso assumido, o processo de organização das bancas envolveu a articulação com diferentes instâncias internas e externas da UFS. A nossa proposta era iniciar os trabalhos no vestibular 2020, tomando o certame do *Campus* Professor Antônio Garcia Filho, na cidade de Lagarto, a 75 km de Aracaju, como primeira experiência para as bancas. Concebido como uma unidade inteiramente dedicada a cursos da área da saúde, o *campus* acabou funcionando como uma espécie de termômetro para observarmos os impactos da implantação das bancas de verificação, sobretudo pelo fato de que o processo tocava alguns dos cursos tradicionalmente mais disputados, a exemplo de Odontologia e Medicina.

No entanto, o advento da pandemia de covid-19 acabou obstruindo o inicialmente planejado e impossibilitando a realização das bancas de heteroidentificação, já que tanto um decreto estadual (Nº 40560 de 16/03/2020) quanto um normativo da própria UFS (Portaria 241/2020/GR) suspendiam atividades



presenciais no ensino superior, colocando qualquer ação destoante em risco jurídico. Além disso, naquele momento, havia também um inegável risco sanitário.

Em 2021, agora empossado reitor, determinei providências para que se viabilizassem bancas, fossem elas telepresenciais ou presenciais. Para as atividades presenciais, evidentemente, todos os protocolos de biossegurança precisavam ser definidos e rigidamente seguidos. Após longa interrupção, era preciso retornar o processo e, assim, sinalizar à comunidade que a nova gestão não toleraria fraudes nas cotas da UFS. Os trabalhos foram, então, retomados e tanto casos de denúncias voltaram a ser apurados quanto verificações previstas em editais de vestibulares passaram a ser realizadas pelas bancas de heteroidentificação.

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Ainda entre os compromissos constantes no TAC, estava a promoção de cursos de formação continuada destinados a promover a capacitação de técnicos e docentes no tocante à legislação necessária para a participação como integrantes das bancas de heteroidentificação. Assim, nesses primeiros dias de gestão, solicitei à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e à Pró-Reitoria de Graduação organização de curso específico sobre a temática, visando qualificar servidores em todos os *campi* da UFS. Com essa ação, esperamos ampliar o universo de quadros na instituição disponíveis para a participação em diferentes processos seletivos.

Os cursos devem ser ministrados pelos pesquisadores do NEABI, num processo de troca de experiências que tende a ser realmente enriquecedor. Com três décadas de existência, o NEABI tem sido *locus* importante aprendizado para este reitor e exercido inquestionável protagonismo na defesa da história e dos direitos de cidadãos tradicionalmente excluídos.

EDITAIS PARA O NEABI

Ao mesmo tempo, os contatos frequentes com integrantes do NEABI também foram importantes, entre outras coisas, para a sinalização sobre a carência de ações institucionais de mapeamento das necessidades de alunos e alunas aprovados em cotas raciais na UFS. Dos diálogos realizados com o NEABI, nasceu a proposição de



liberação de bolsas de apoio pedagógico, com o objetivo de dar suporte aos pesquisadores do núcleo em ações voltadas a acompanhar e auxiliar alunos cotistas raciais nas atividades regulares da graduação.

Ao apoiar o NEABI com bolsas de apoio pedagógico, seguimos com a ideia de promover sistematicamente ações de suporte ao ensino de graduação para discentes aprovados em cotas raciais na UFS. A ação foi concebida ainda para contribuir na formação dos discentes envolvidos na execução da proposta e incentivar a realização de atividades com a temática étnico-racial pelos integrantes do Núcleo.

A IMPORTÂNCIA DE CONCEBER UMA AGENDA ANTIRRACISTA

Um último aspecto que se deve destacar é que, a chegada à reitoria de um reitor negro arrasta consigo, como já dito, expectativas e desafios. Nesses primeiros 100 dias, consideramos fundamental a discussão sobre uma agenda antirracista para a Universidade Federal de Sergipe. Um planejamento voltado para o combate à intolerância, ao racismo, ao ódio ao outro deve basear as ações de qualquer instituição que se queira democrática.

O sensível momento vivido no mundo, com atitudes extremadas cada vez mais cotidianas, com casos de racismo cada vez mais frequentes, requer ponderar, mas também agir. A adoção de uma agenda antirracista significa, no caso da UFS, não uma mudança brusca de postura. Penso que, se olharmos em perspectiva tudo o que caminhamos desde os primeiros debates sobre ações afirmativas, perceberemos que a instituição tem trabalhado no combate à exclusão social, realizando um esforço contínuo e gradativo para que populações socialmente desfavorecidas encontrem, através da educação, mecanismos de ascensão social.

No tocante ao povo negro que busca acesso ao ensino superior, considero que o desafio, a partir de agora, é empreender ações que amplifiquem o que já foi feito. Devemos buscar aperfeiçoar nossos projetos de forma a garantir acesso, permanência e sucesso a todos e todas, mas com especial cuidado aos mais desfavorecidos, aos que, por décadas, estiveram à margem. Só assim a Universidade pública brasileira cumprirá, de fato, o seu papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



DECRETO ESTADUAL Nº 40560 de 16/03/2020. Diário Oficial do Estado, 17 mar. 2020. Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe, em razão da disseminação do vírus COVID-19 (novo coronavírus) e regulamenta as medidas para enfrentamento da crise de saúde pública de importância internacional, nos termos da *Lei (Federal) nº 13.979*, de 06 de fevereiro de 2020.

EDITAL 35/2021/PROGRAD/UFS. Seleção de alunos para participação em ações institucionais de apoio pedagógico da *Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Sergipe*.

MARCON, Frank. Distorções sociais no acesso ao Ensino Público Superior e os fundamentos da proposta de Ações Afirmativas da UFS. In: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos; MARCON, Frank (Orgs). Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: *Editores UFS*, 2010.p.37-56.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos; MARCON, Frank (Orgs). Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: *Editores UFS*, 2010.

PORTARIA 1110/07/GR/UFS. Institui a Comissão do Programa de Ações Afirmativas. *PORTARIA 1717/19/GR/UFS*. Institui Grupo de Trabalho para implantar a banca de aferição e heteroidentificação das cotas raciais, aprimorando os processos seletivos do corpo docente.

PORTARIA 241/20/GR. Suspende as atividades acadêmicas presenciais e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N. 80/2008/CONEPE/UFS, Institui o programa de ações afirmativas para garantia de acesso de grupos menos favorecidos à Universidade Federal de Sergipe.

SANTANA FILHO, Valter J. Discurso de posse (24/03/2021). Disponível online via <<https://www.ufs.br/conteudo/66954-discurso-de-posse-do-reitor>> Acesso em 20/06/2021.

SOUZA, Josefa Eliana. História e Memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012). São Cristóvão: *Editores UFS*, 2015.

Recebido em: 15/07/2021

Aceito em: 10/08/2021